

Caso Marielle: a milicialização do Brasil como política de Estado

Por Katarine Costa · 19/03/2025

As investigações sobre o caso Marielle revelam uma realidade flagrante: as milícias estão imbricadas no próprio Estado. Policiais, parlamentares e empresários fazem parte de um mesmo esquema criminoso que controla territórios, elege candidatos e manipula políticas públicas para manter seus interesses. O assassinato de Marielle Franco é um símbolo desse modelo – e sua elucidação expôs uma rede de poder que vai do crime organizado aos mais altos cargos do governo.

Segundo denúncia da Procuradoria Geral da República (PGR), o [deputado Chiquinho Brazão \(sem partido-RJ\)](#), seu irmão [Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro](#), e o delegado [Rivaldo Barbosa planejaram o assassinato da vereadora Marielle Franco](#). A motivação do crime estaria ligada à atuação de Marielle contra a grilagem de terras em áreas controladas por milícias na zona oeste do Rio de Janeiro.

Em 24 de março de 2024, [os três foram presos preventivamente sob a acusação de serem os mandantes do crime](#). Atualmente, aguardam julgamento, mas ainda não há informações atualizadas sobre uma data específica.

Contexto político do ano do assassinato

Após [o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff](#), o Brasil passou por um período de forte instabilidade política. Em 2018, o Brasil estava sob o comando da

[Garantia da Lei e Ordem \(GLO\), decretado em maio de 2018](#). A norma, que transfere poderes de polícia a militares, foi decretada pelo presidente Michel Temer em 16 de fevereiro de 2018.

Em 28 de fevereiro de 2018, Marielle foi nomeada relatora da comissão que acompanharia a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. Conhecida por sua atuação em defesa dos direitos humanos e por criticar a violência policial nas favelas, assumiu a relatoria com o objetivo de monitorar e fiscalizar as ações das forças militares durante a intervenção. Quinze dias após sua nomeação, em 14 de março de 2018, Marielle e o motorista, Anderson Gomes, foram assassinados.

Em outubro do mesmo ano, [Jair Bolsonaro foi eleito presidente](#) pelo Partido Social Liberal (PSL). [Sua campanha foi marcada por um discurso de incentivo ao armamento, à militarização e à atuação de grupos paramilitares](#), agenda consolidada durante seu mandato, entre 2019 e 2022.

Quem matou Marielle?

Após quase um ano sem respostas, a investigação teve seu primeiro avanço em março de 2019. Dois ex-policiais militares, Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz, foram presos sob a acusação de terem executado o crime.

Ronnie Lessa, ex-policial militar e ex-integrante do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), é apontado como o autor dos disparos. [Ele possuía ligações com milícias e mantinha um arsenal particular que incluía 117 fuzis M16 incompletos, guardados na residência de um amigo a seu pedido](#). Já Élcio de Queiroz, expulso da Polícia Militar anos antes, atuou como motorista do veículo utilizado na execução.

Em 31 de outubro de 2024, após dois dias de julgamento, os ex-policiais militares Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz foram condenados respectivamente a [78 anos e 9 meses e a 59 anos e 8 meses de reclusão](#).

Por quê?

Marielle foi morta porque sua atuação política representava um obstáculo direto ao império econômico das milícias. Em [depoimento, Ronnie Lessa, hoje preso](#), afirmou que a vereadora atuava contra os interesses mobiliários dos irmãos Brazão em áreas dominadas pela milícia.

Segundo Lessa, em matéria publicada no Jornal GGN, [“um dos ápices da irritação dos irmãos Brazão foi o movimento feito pela então parlamentar na votação do PLC n.º 174/2016, de autoria do próprio Chiquinho Brazão, então vereador do Rio, que tratava da regularização de terras em áreas dominadas pela milícia.”](#)

Já de acordo com investigações feitas pela Polícia Federal (PF), [é possível que haja mais motivações para o crime também](#).

A partir de então, a questão central da investigação mudou...

Quem mandou matar Marielle?

A resposta, no entanto, demoraria anos, não por falta de indícios, mas porque os responsáveis tinham poder suficiente para desviar e manipular a investigação.

Os primeiros anos de investigações após o assassinato foram marcados por tentativas de destruir provas e eliminar testemunhas. Em 2021, [Edmilson “Macalé”, suspeito de ser o intermediário da contratação de Lessa, foi morto a tiros](#). O sargento reformado da Polícia Militar (PM) foi citado em delação por Élcio

de Queiroz como responsável por intermediar a contratação de Ronnie Lessa.

Lucas do Prado Nascimento da Silva, conhecido como Todynho, foi executado em 3 de abril de 2018, menos de um mês após o assassinato de Marielle e Anderson, em um possível caso de queima de arquivo. Investigado pela Delegacia de Homicídios da Capital, ele teria sido responsável por alterar a documentação do Cobalt prata usado pelos assassinos no dia 14 de março de 2018 e era suspeito de clonar o veículo. [As investigações indicam que sua execução pode ter sido ordenada para impedir que revelasse informações sobre o crime e seus mandantes.](#)

Enquanto isso, dentro do próprio aparato de segurança, a investigação estava sendo sistematicamente desviada. Em novembro de 2018, o então ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, revelou que a Polícia Federal investigaria a atuação de um grupo criminoso infiltrado no Estado, suspeito de tentar obstruir as investigações. [Essa decisão foi tomada após a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, solicitar a intervenção da PF devido a indícios de que agentes públicos, milicianos e outros criminosos estariam atuando para dificultar o esclarecimento do caso.](#)

Um destes agentes era o delegado Rivaldo Barbosa. Ele foi nomeado chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro em 8 de março de 2018 e tomou posse em 13 de março de 2018, um dia antes dos assassinatos. As investigações subsequentes revelaram que [o delegado teria atuado para proteger os mandantes do crime, manipulando provas e impedindo que as apurações chegassem aos verdadeiros responsáveis.](#)

De acordo com as acusações, Rivaldo Barbosa teria recebido propina para garantir que o caso não avançasse contra os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão, apontados como mandantes do assassinato. Em março de 2024, ele foi preso junto com os dois políticos e, em junho de 2024, tornou-se réu no Supremo Tribunal

Federal (STF) por homicídio qualificado e obstrução da Justiça.

O cerco aos mandantes

[Apenas em 2023, sob o governo Lula, a investigação foi federalizada de fato.](#) O ministro da Justiça, Flávio Dino, anunciou prioridade absoluta para a elucidação do caso, e a PF passou a conduzir as apurações com mais independência.

Foi nesse contexto que surgiram as delações premiadas que mudariam o rumo da investigação. [Em 2023, Élcio de Queiroz decidiu colaborar e apontou Domingos Brazão como mandante.](#) Alguns meses depois, [em março de 2024, Ronnie Lessa também fechou a delação e confirmou a participação de Chiquinho Brazão e Rivaldo Barbosa no planejamento do crime.](#)

Com essas novas provas, o Supremo Tribunal Federal autorizou a operação que culminou na prisão dos mandantes. [Em 24 de março de 2024, a Polícia Federal prendeu Domingos Brazão, Chiquinho Brazão e Rivaldo Barbosa.](#) No mês seguinte, a Procuradoria-Geral da República os denunciou ao STF por homicídio qualificado e organização criminosa.

Os nomes de Domingos e Chiquinho Brazão, no entanto, haviam surgido como suspeitos em 2019, mas as evidências contra eles foram sistematicamente suprimidas. No entanto, apenas em 2023-2024, com as delações e a federalização do caso, é que se pôde comprovar seu envolvimento direto no planejamento do assassinato.

[Em 18 de junho de 2024, o STF aceitou as denúncias contra os irmãos Brazão e Rivaldo Barbosa, tornando-os réus.](#) Caso condenados, eles poderão pegar penas superiores a trinta anos de prisão.

Mulher negra, mãe, filha e “cria” da favela

[Marielle era “cria” do Conjunto de Favelas da Maré](#), localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro. Estudou no curso pré-vestibular comunitário do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), organização que já ajudou mais de mil moradores da Maré a entrar em universidades públicas e particulares do Rio e do país, ciências sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio) e fez [mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense \(UFF\)](#), tendo dissertação com o tema “UPP: a redução da favela a três letras”.

A vereadora era referência para os movimentos de favelas, negro e feminista; era mãe, irmã, filha. Estava prestes a se casar com a Mônica Benício, hoje também vereadora no Rio de Janeiro. Marielle foi a quinta vereadora mais votada do Rio nas eleições de 2016, com 46.502 votos em sua primeira disputa eleitoral e se destacava por defender a vida e os direitos dos favelados.

Sete após o crime, Marielle se tornou um símbolo da luta por democracia no Brasil. Sua morte foi um ataque direto ao Estado de Direito, e seu caso escancarou a fusão entre política e crime organizado.

Gizele Martins é comunicadora comunitária da Favela da Maré (BR). Jornalista (Puc-Rio) Mestre em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (UERJ). Doutoranda em Comunicação (ECO/UFRJ). Atualmente, cumpre estágio doutoral no ICNOVA Lisboa. É autora do livro: “Militarização e censura - a luta por liberdade de expressão na Favela da Maré”

Katarine Flor é jornalista e coordenadora de comunicação na Fundação Rosa Luxemburgo.

Foto: Familiares durante ato em memória de Marielle Franco e Anderson Gomes, na Praça Mário Lago, no centro do Rio de Janeiro. Crédito: Tomaz Silva/Agência Brasil

Documento gerado automaticamente a partir de: <https://rosalux.org.br/caso-marielle-a-milicializacao-do-brasil-como-politica-de-estado/>